

## Índice

Um movimento em defesa dos trabalhadores vulneráveis .....	1
Passé cultural, cheque escolar .....	2
Os interesses opostos dos EUA e da Rússia na Síria .....	3
"Race: 10 Segundos de Liberdade" .....	4

### Um movimento em defesa dos trabalhadores vulneráveis

Desde que surgiram em finais do século XIX, os "worker centers" ou "alt-labor groups" foram considerados como o patinho feio do sindicalismo norte-americano. Diversamente dos sindicatos de pura cepa, estas organizações sem fins lucrativos não se sentam para negociar com os empregadores. E nem sequer estão presentes nos centros de trabalho. Entre outras coisas, porque a lei não os considera sindicatos.

Os primeiros "worker centers" eram independentes dos sindicatos e nasceram precisamente para chegar aos setores profissionais e aos trabalhadores a que aqueles não costumavam chegar. Promovidos por associações cívicas, religiosas e de beneficência, o seu objetivo era ajudar em comunidades desfavorecidas de afro-americanos ou de imigrantes hispânicos e asiáticos – indocumentados, incluídos – empregados em setores onde se paga pouco como a indústria, a hotelaria ou a agricultura.

A ajuda que prestavam era muito dirigida às necessidades concretas destas comunidades. Por exemplo, aos recém-chegados ao país eram oferecidos cursos de inglês; eram-lhes prestadas informações sobre os seus direitos; ou ajudavam-nos a defenderem-se legalmente perante um empregador que não pagava o acordado...

Atualmente, os "worker centers" continuam a cumprir a função de proteger os trabalhadores menos qualificados. Mas mudaram as suas táticas e, sobretudo, a sua relação com os sindicatos.

De párias privados da negociação coletiva, passaram a ganhar a admiração dos sindicatos graças às populares campanhas de ativismo que têm vindo a realizar desde finais de 2012. As mais conhecidas – apoiadas por alguns sindicatos – são os protestos organizados pela OUR Walmart, que custou cara ao maior vendedor a retalho do mundo, e o movimento "Fight For 15", que pede o aumento do salário mínimo federal de 7,25 dólares por hora para os trabalhadores do setor das refeições rápidas.

Num momento em que os sindicatos norte-americanos sofrem uma hemorragia de filiados, os "alt-labor groups" multiplicam-se por todo o país (já existem mais de 200) e atraem a atenção dos jovens. Daí que as grandes organizações sindicais tenham começado a financiá-los.

As mediáticas campanhas destes grupos conseguiram melhorar as condições laborais em setores onde não é possível a negociação coletiva. Como a esses trabalhadores não é permitido ter comissões de trabalhadores, a única maneira de conseguir melhorias para todo o setor é através de mudanças legais. O jornalista Josh Eidelson menciona o caso da "Domestic Workers Bill of Rights", aprovada em Nova Iorque, em 2010, e que trouxe novos direitos às empregadas domésticas e de outra lei que ele próprio elaborou para os taxistas de Nova Iorque, em 2007.

Mais recentemente, a organização Restaurant Opportunities Center United (ROC) conseguiu algumas vitórias no setor da hotelaria. Nos últimos três anos, explica Jonathan Timm em "The Atlantic", a ROC conseguiu introduzir nas assembleias legislativas de oito estados um projeto de lei favorável aos empregados de mesa. A iniciativa, conhecida como "One Fair Wage", recebeu o apoio de Hillary Clinton, que foi candidata à Casa Branca.

Tudo isto são avanços concretos. Mas não é claro até que ponto o ativismo pontual dos “worker centers” pode exercer uma influência duradoura. Como não têm filiados, aponta Timm, estas organizações costumam depender muitas vezes do que agora lhes dão os sindicatos. E o financiamento nem sempre está garantido.

Timm vê outro sucesso no sindicalismo que centra os seus esforços nas mudanças legais. Uma coisa é que a lei reconheça direitos e outra que os empregadores os reconheçam na prática. O mesmo se passa com as condições laborais fixadas nos contratos. Pelo menos, é claro para os sindicatos que a sua razão de ser é garantir que essas condições se cumprem.

De qualquer forma, conclui o jornalista, não tem de se encarar os “worker centers” e os sindicatos como rivais: se os primeiros trouxeram frescura ao movimento sindical, os segundos podem continuar a garantir a estabilidade institucional.

Não é a opinião de Richard Berman, diretor executivo do Center for Union Facts (CUF), uma organização muito crítica dos sindicatos. Em várias das *webs* vinculadas a essa organização CUF, os “worker centers” são apresentados como uma mascarada que permite aos sindicatos utilizar as suas táticas mais belicosas e, inclusivamente, burlar as leis que regulamentam a atividade sindical, pois atuam como sindicatos... sem os controlos a que os sindicatos estão submetidos.

Os “worker centers” tendem a ser apresentados como movimentos de base. Mas Berman explica ao “The Guardian” que nenhum dos protestos realizados a favor do setor das refeições rápidas foram “batalhas desencadeadas pelos trabalhadores”, mas “ataques coordenados e promovidos por sindicatos nacionais”.

Todavia, esta crítica também pode jogar a favor dos sindicatos. Se antes eram criticados por se ausentarem de determinados setores onde se paga pouco, agora pelo menos estão a marcar presença. Mesmo que seja debaixo da pele de um “worker center”.

J.M.

## Passé cultural, cheque escolar

Todos os jovens italianos tiveram direito a um bom presente ao fazer 18 anos: uma aplicação (“18app”) no valor de 500 euros com a qual podem durante um ano comprar livros e produtos culturais, bilhetes para o cinema, teatro, museus, exposições, concertos... A iniciativa do anterior governo de Matteo Renzi

(“Aceprensa”, 6.9.2016) foi muito aplaudida em geral, tanto pela direita como pela esquerda, entre jovens e adultos.

Os jovens ficaram encantados com este presente que lhes permite escolher todo o tipo de eventos culturais, segundo os seus gostos e sem beliscar outras parcelas dos seus limitados recursos. O mundo cultural pensa que os 290 milhões que o governo gastou foram um estímulo para o setor e criarão uma clientela para o futuro. Os educadores esperam que esta entrada livre familiarize os jovens com manifestações que podem elevar o seu nível cultural. Os políticos de outros partidos pouparam nas críticas e talvez tenham pensado: porque não terão pensado nisso?

Este aplauso ao cheque cultural contrasta com as polémicas que tantas vezes o cheque escolar suscita. E, no entanto, ambos se baseiam nos mesmos princípios: subsidiar o consumidor em vez do produtor, para favorecer a liberdade de escolha e estimular a qualidade.

A iniciativa de dar um cheque ao aluno para que a família o gaste na escola da sua escolha – pública ou privada – suscitou nalguns setores de esquerda vários gritos indignados contra a “privatização”. Se a família quer ensino gratuito, que vá para a escola pública, a qual existe para isso. Os fundos públicos, para a escola pública. Pelo contrário, a ninguém ocorreu dizer que em vez do cheque cultural seria melhor que fosse gratuita a entrada em todas as instituições e eventos culturais do setor público, cuja ampla oferta pode satisfazer a sede de cultura. No caso da cultura, parece que não importa que os fundos públicos sejam gastos em iniciativas privadas.

Talvez se tenha compreendido que a liberdade de escolha do consumidor e do empreendedor cultural terão maior benefício com um cheque que não obriga a gastá-lo aqui ou ali. Neste caso, os fundos públicos para promover a cultura não são repartidos por uma burocracia que pode beneficiar os correligionários ideológicos ou culturais, mas pelas decisões de mais de meio milhão de jovens de 18 anos. Não é que as escolhas dos jovens tenham de ser as únicas referências do mundo cultural, mas pelo menos o setor terá de fazer um esforço para os atrair.

Esta é também uma das vantagens do cheque escolar: se o financiamento da escola dependesse das decisões das famílias, não condicionadas pelo custo da matrícula, os centros educativos ver-se-iam obrigados a uma busca contínua da qualidade para ganharem os favores das famílias.

Tão-pouco suscitou reservas o facto do cheque cultural ser do mesmo custo para todos os jovens, à margem dos rendimentos familiares. Se se tratasse do cheque escolar, teríamos ouvido de imediato a crítica de que beneficia os ricos, que talvez não precisem tanto dele ou que têm mais possibilidades de escolher boas escolas devido à sua maior informação e bagagem educativa. De facto, nalgumas regiões italianas há diversas fórmulas de cheque escolar, mas, em geral, somente para famílias de baixo nível de rendimento e sempre com fundos insuficientes para atender todos os pedidos.

É verdade que o cheque escolar generalizado implicaria um custo maior do que aquilo que custa o passe cultural. Mas então o debate deveria centrar-se nos recursos disponíveis, não nos princípios pelos quais se governaria o cheque, que são os mesmos do que os do passe cultural. Em resumo, trata-se de juntar a liberdade de escolha, o acesso de todos e a qualidade do sistema.

I. A.

## Os interesses opostos dos EUA e da Rússia na Síria

A rutura formal de relações sobre o conflito sírio entre Moscovo e Washington fez desvanecer as esperanças de uma maior cooperação russo-norte-americana, considerada indispensável na luta contra o jihadismo e, nomeadamente, contra o Daesh.

Sem possibilidade de um acordo efetivo na crise da Ucrânia, que evolui para outro dos conflitos “congelados” no leste da Europa, há quem pense que a Síria poderia constituir um terreno mais adequado para uma melhoria das relações entre a Rússia e o Ocidente. Mas a complexidade do conflito e a diversidade de atores e interesses envolvidos tornam isso muito difícil e, de imediato, emerge a suspeita sobre se realmente russos e norte-americanos estão interessados numa solução duradoura ou se, no fundo, se conformam com o *statu quo* mais favorável.

Se em alguma coisa estão de acordo EUA e Rússia, embora nem sempre o proclamem abertamente, é que uma vitória militar é impossível na Síria. O regime de Bashar al-Assad nunca recuperará o controlo sobre a totalidade do território, pois não luta unicamente contra milícias jihadistas desordenadas, havendo por trás delas – como no caso da Frente da Conquista, antes chamada Frente al-Nusra – o apoio das potências sunitas da região como a Arábia Saudita e a Turquia, dispostas a impedir que a Síria caia sob a influência do seu grande rival na área, o Irão xiita, ou que os curdos sírios obtenham uma soberania *de facto*.

O regime de Assad ganhou inimigos em todos os setores da população síria, embora a verdade é que somente as fações jihadistas, incluindo o Daesh, constituam uma oposição consistente. De facto, os “moderados”, como o Exército de Libertação sírio, somente podem desempenhar um papel secundário, tanto na guerra como na organização política, pois unicamente os jihadistas têm a força e o apoio externo substancial, para combater o governo de Damasco. Acontece, portanto, o paradoxo de que os “moderados” possam

necessitar dos extremistas para continuar a acostrar o regime odiado.

Isto explica o dilema norte-americano sobre uma intervenção na Síria. Para lá das amargas experiências, não esquecidas pela opinião pública, no Afeganistão e no Iraque, a anterior Administração Obama considerou que uma intervenção direta só serviria para fortalecer o regime de Assad, aliado de Moscovo e Teerão, ou para consolidar os jihadistas. As duas alternativas são más para Washington, e se a alguém parece um mal menor cooperar com a Rússia para salvar Assad, inimigo do jihadismo, está a esquecer que isso significaria aprofundar o fosso das diferenças de Washington com os seus tradicionais aliados: Turquia, Arábia Saudita e os países do Golfo.

O peso e influência desta aliança supera amplamente as supostas vantagens de apoiar um governo em Damasco aliado de Moscovo. E aí reside precisamente o interesse dos russos no conflito: salvar a qualquer preço o seu único aliado no mundo árabe, que, além disso, lhe garante duas bases no Mediterrâneo: uma naval em Tartus e outra aérea em Jableh. Por isso, nunca se incomodaram em distinguir entre opositores radicais e moderados. Todos eles são inimigos de Assad.

Portanto, a estratégia de Moscovo na Síria é um “taticismo” de curto prazo. Apesar de querer dar a imagem da sua recuperação como grande potência perante os seus cidadãos, a quem enviou uma mensagem similar com a anexação da Crimeia, não é claro que a Rússia esteja a conseguir esse suposto objetivo.

Para começar, a sua intervenção militar tem um alcance limitado e preciso: apoio aéreo ao exército de Assad, inclusivamente ao preço de bombardeamentos devastadores, que alguns analistas chegaram a comparar, no caso de Aleppo, com a destruição de Grozny, a capital da rebelde Chechénia e que, aparentemente, serviu para deter a secessão da república caucasiana. Dir-se-ia que os russos caíram na mesma ingenuidade que os norte-americanos em conflitos recentes: acreditar cegamente na superioridade do poder aéreo.

David Ignatius, colunista do “The Washington Post”, retoma a ideia de alguns especialistas dos serviços de informações norte-americanos: os russos estão a utilizar o sofrimento da população civil como arma de guerra. Todos os esforços da ONU sobre a responsabilidade de proteger, desde a resolução da Assembleia Geral no final da Cimeira Mundial de 2005, têm esbarrado no muro intransponível da soberania dos Estados, ou contra os cálculos cínicos dos combatentes, para não darem a mínima oportunidade aos seus inimigos.

A realidade é que Aleppo foi pulverizada com bombas incendiárias, de fragmentação e anti-bunkers, com propósitos não muito diferentes dos da aviação aliada no bombardeamento de cidades alemãs e japonesas durante a II Guerra Mundial. No entanto, a Rússia deveria avaliar que a Síria não é a Chechénia, nem em dimensão, nem na presença das forças e atores internacionais que ali se confrontam. Além disso, a partir do momento em que os russos excluem a presença de

forças terrestres, dir-se-ia que não pretendem repetir a experiência do exército soviético no Afeganistão, um Vietname da URSS prolongado durante uma década.

Será de perguntar: continuará Moscovo a apoiar Assad depois de Aleppo? O pior é que não lhe restará outro remédio na sua ânsia de defender o regime, mas o preço a pagar pelos russos será muito elevado. Quem supostamente aspira a recuperar o seu estatuto de potência no Médio Oriente, irá enfrentar a rejeição e um maior distanciamento da Turquia, Arábia Saudita, Jordânia e países do Golfo Pérsico.

Tanto os seus governos como as respetivas opiniões públicas verão com desagrado como a Rússia irá dar apoio não só a Assad, velho inimigo da monarquia saudita, como também aos xiitas heterodoxos representados pelo Irão e pelo Hezbollah. O problema será se o desagrado for mais além de uma condenação moral e prejudicar uma economia russa que não passa pelos seus melhores momentos depois da queda dos preços dos produtos energéticos.

Isto não deixa de ser uma oportunidade para Washington de manter afastados os russos do Médio Oriente, limitados de facto a defender um regime que não controla todo o território sírio. Moscovo não obtém mais vantagens na região com o facto de querer manter Assad, por muito que tenha incrementado nos últimos tempos a sua aproximação à Turquia e ao Irão, na sua tentativa de aproveitar as divergências, grandes ou pequenas, de ambos os países com os EUA.

O certo é que o Irão continuará a desconfiar da Rússia, potência alheia a uma região onde este país aspira a um papel preponderante, mas a Turquia desconfiará ainda mais, porque os russos, sócios estratégicos com os quais pode entender-se em assuntos comerciais e energéticos, continuam a trabalhar a favor de um dos seus principais inimigos: Bashar al-Assad.

Por outro lado, não é fácil que o presidente sírio escute sempre as indicações dos seus aliados russos, pois está em jogo não só a sobrevivência do regime, como da sua própria vida. Remetamo-nos para os exemplos recentes. Num ninho de vespas político-militar, como nos do Afeganistão ou Iraque, Washington nunca pôde controlar aliados teóricos como o afegão Hamid Karzai ou o iraquiano Nuri al-Maliki, apesar de ter colocado milhares de soldados dos EUA nesses países.

Qualquer associação estratégica dos EUA e Rússia na Síria é frágil, devido à existência de interesses opostos. Compreende-se, pois, que Washington tenha querido distanciar-se abertamente de Moscovo após os bombardeamentos de Aleppo. A anterior Administração Obama ganhou mais perante a opinião pública nacional e mundial com a denúncia de "crimes de guerra" das tropas governamentais e russas na Síria, do que secundando passivamente as ações de Moscovo, à espera de uma convergência de forças para combater abertamente o Daesh que nunca acaba por se materializar.

A. R. R.

## "Race: 10 Segundos de Liberdade"

"Race"

Realizador: Stephen Hopkins

Atores: Stephan James, Jason Sudeikis

Duração: 130 min.

Ano: 2016

Este filme narra a história de Jesse Owens, o atleta americano de raça negra que nos Jogos Olímpicos de 1936, ganha 4 medalhas de ouro, em plena Berlim nazi. Foi um choque para a teoria da "supremacia da raça ariana" e o próprio Hitler recusou cumprimentar este campeão.

No início, apresentam-se os desafios racistas que o atleta enfrenta no interior do desporto americano, o papel essencial do treinador e a força inspiracional que lhe dá a família. Depois, surge a questão decisiva: deveriam os EUA participar nuns jogos olímpicos de propaganda nazi? As opiniões no Comité Olímpico Americano dividem-se. Envia um dos seus dirigentes à Alemanha para se certificar de qual seria o "ambiente". Após algumas conversas com as autoridades alemãs, fica decidido que participariam. No entanto, Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler, consegue de algum modo associar esse dirigente a "inocentes negócios de arquitetura", um plano que mais tarde dará resultados. No decorrer dos jogos, para esse dirigente não ser denunciado como "colaborador nazi", cede ao pedido de Goebbels de que os atletas judeus sejam excluídos, o que proporcionará mais uma medalha de ouro a Owens.

No final, depois da receção apoteótica em Nova Iorque, este atleta não conseguirá prosseguir carreira, acabando na miséria devido à cor da pele...

### Tópicos de análise:

1. Um bom treinador sabe tirar "o melhor" dos seus homens.
2. Entrar em negócios "obscuros" destrói a independência da pessoa.
3. A motivação aumenta quando se trabalha com pessoas de confiança.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins  
Professor da AESE

